

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIRENDABA/SP****PROCURADOR JURÍDICO****TIPO 1 – BRANCA****MATERIAIS**

- Este caderno de provas é composto por cinquenta questões objetivas e uma questão discursiva.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
  - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
  - Na Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

**PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA**

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

**TÉRMINO DA PROVA**

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição do texto para a Folha de Texto Definitivo.
  - A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
  - Atenção ao preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo. Caso haja erro de preenchimento, as Folhas não serão substituídas.
-  Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo, assinadas nos locais indicados, ao Fiscal de Aplicação.
- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
  - Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
  - Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da instituição.





**CARGO: PROCURADOR JURÍDICO**

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**O dicionário**

Era uma vez um tanoeiro, demagogo, chamado Bernardino, o qual em cosmografia professava a opinião de que este mundo é um imenso tonel de marmelada, e em política pedia o trono para a multidão. Com o fim de a pôr ali, pegou de um pau, concitou os ânimos e deitou abaixo o rei; mas, entrando no paço, vencedor e aclamado, viu que o trono só dava para uma pessoa, e cortou a dificuldade sentando-se em cima.

– Em mim – bradou ele –, podeis ver a multidão coroada. Eu sou vós, vós sois eu.

O primeiro ato do novo rei foi abolir a tanoaria, indenizando os tanoeiros, prestes a derrubá-lo, com o título de Magníficos. O segundo foi declarar que, para maior lustre da pessoa e do cargo, passava a chamar-se, em vez de Bernardino, Bernardão. Particularmente encomendou uma genealogia a um grande doutor dessas matérias, que em pouco mais de uma hora o entroncou a um tal ou qual general romano do século IV, Bernardus Tanoarius; – nome que deu lugar à controvérsia, que ainda dura, querendo uns que o rei Bernardão tivesse sido tanoeiro, e outros, que isto não passe de uma confusão deplorável com o nome do fundador da família. Já vimos que esta segunda opinião é a única verdadeira.

Como era calvo desde verdes anos, decretou Bernardão que todos os seus súbditos fossem igualmente calvos, ou por natureza ou por navalha, e fundou esse ato em uma razão de ordem política, a saber, que a unidade moral do Estado pedia a conformidade exterior das cabeças. Outro ato em que revelou igual sabedoria foi o que ordenou que todos os sapatos do pé esquerdo tivessem um pequeno talho no lugar correspondente ao dedo mínimo, dando assim aos seus súditos o ensejo de se parecerem com ele, que padecia de um calo. O uso dos óculos em todo o reino não se explica de outro modo, senão por uma oftalmia que afligiu a Bernardão, logo no segundo ano do reinado. A doença levou-lhe um olho, e foi aqui que se revelou a vocação poética de Bernardão, porque, tendo-lhe dito um dos seus dois ministros, chamado Alfa, que a perda de um olho o fazia igual a Aníbal – comparação que o lisonjeou muito –, o segundo ministro, Ômega, deu um passo adiante, e achou-o superior a Homero, que perdera ambos os olhos. Esta cortesia foi uma revelação; e como isto prende com o casamento, vamos ao casamento.

Tratava-se, em verdade, de assegurar a dinastia dos Tanoarius. Não faltavam noivas ao novo rei, mas nenhuma lhe agradou tanto como a moça Estrelada, bela, rica e ilustre. Esta senhora, que cultivava a música e a poesia, era requestada por alguns cavalheiros, e mostrava-se fiel à dinastia decaída. Bernardão ofereceu-lhe as coisas mais suntuosas e raras, e, por outro lado, a família bradava-lhe que uma coroa na cabeça valia mais que uma saudade no coração; que não fizesse a desgraça dos seus, quando o ilustre Bernardão lhes acenava com o principado; que os tronos não andavam a rodo, e mais isto, e mais aquilo. Estrelada, porém, resistia à sedução.

Não resistiu muito tempo, mas também não cedeu tudo. Como entre os seus candidatos preferia secretamente um poeta, declarou que estava pronta a casar, mas seria com quem lhe fizesse o melhor madrigal, em concurso. Bernardão aceitou a cláusula, louco de amor e confiado em si: tinha mais um olho que Homero, e fizera a unidade dos pés e das cabeças.

Concorreram ao certame, que foi anônimo e secreto, vinte pessoas. Um dos madrigais foi julgado superior aos outros todos; era justamente o do poeta amado. Bernardão anulou por um decreto o concurso, e mandou abrir outro; mas então, por uma inspiração de insigne maquiavelismo, ordenou que não se empregassem palavras que tivessem menos de trezentos anos de idade. Nenhum dos concorrentes estudara os clássicos: era o meio provável de os vencer.

Não venceu ainda assim porque o poeta amado leu à pressa o que pôde, e o seu madrigal foi outra vez o melhor. Bernardão anulou esse segundo concurso; e, vendo que no madrigal vencedor as locuções antigas davam singular graça aos versos, decretou que só se empregassem as modernas e particularmente as da moda. Terceiro concurso, e terceira vitória do poeta amado.

Bernardão, furioso, abriu-se com os dois ministros, pedindo-lhes um remédio pronto e enérgico, porque, se não ganhasse a mão de Estrelada, mandaria cortar trezentas mil cabeças. Os dois, tendo consultado algum tempo, voltaram com este alvitre:

– Nós, Alfa e Ômega, estamos designados pelos nossos nomes para as cousas que respeitam à linguagem. A nossa ideia é que Vossa Sublimidade mande recolher todos os dicionários e nos encarregue de compor um vocabulário novo, que lhe dará a vitória.



Bernardão assim fez, e os dois meteram-se em casa durante três meses, findos os quais depositaram nas augustas mãos a obra acabada, um livro a que chamaram Dicionário de Babel, porque era realmente a confusão das letras. Nenhuma locução se parecia com a do idioma falado; as consoantes trepavam nas consoantes, as vogais diluíam-se nas vogais, palavras de duas sílabas tinham agora sete e oito, e vice-versa, tudo trocado, misturado, nenhuma energia, nenhuma graça, uma língua de cacos e trapos.

– Obrigue Vossa Sublimidade esta língua por um decreto, e está tudo feito.

Bernardão concedeu um abraço e uma pensão a ambos, decretou o vocabulário, e declarou que ia fazer-se o concurso definitivo para obter a mão da bela Estrelada. A confusão passou do dicionário aos espíritos; toda a gente andava atônita. Os farsolas cumprimentavam-se na rua pelas novas locuções: diziam, por exemplo, em vez de: *Bom dia, como passou? – Pflerrgpxx, roush, aa?* A própria dama, temendo que o poeta amado perdesse afinal a campanha, propôs-lhe que fugissem; ele, porém, respondeu que ia ver primeiro se podia fazer alguma coisa. Deram noventa dias para o novo concurso e recolheram-se vinte madrigais. O melhor deles, apesar da língua bárbara, foi o do poeta amado. Bernardão, alucinado, mandou cortar as mãos aos dois ministros e foi a única vingança. Estrelada era tão admiravelmente bela, que ele não se atreveu a magoá-la, e cedeu.

Desgostoso, encerrou-se oito dias na biblioteca, lendo, passeando ou meditando. Parece que a última coisa que leu foi uma sátira do poeta Garção, e especialmente estes versos, que pareciam feitos de encomenda:

*O raro Apeles,  
Rubens e Rafael, inimitáveis  
Não se fizeram pela cor das tintas;  
A mistura elegante os fez eternos.*

(ASSIS, Machado de. *Páginas Recolhidas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1899. Adaptado.)

### Questão 01

**Ao longo da narrativa, o rei Bernardão utiliza decretos para alterar arbitrariamente a realidade e o valor das palavras no reino, culminando na imposição do “Dicionário de Babel” (11º§). Diante do desfecho do conto e da correlação entre os planos denotativo e conotativo da linguagem, assinale a afirmativa que expressa corretamente a interpretação da sátira machadiana.**

- A) A vitória final do poeta amado decorre da estrita observância das regras semânticas fixadas pelos ministros, evidenciando a primazia do sentido literal sobre as metáforas tradicionais.
- B) O êxito do “Dicionário de Babel” na unificação cultural do reino demonstra que a imposição de novos sentidos literais reconfigura de forma permanente a sensibilidade artística da sociedade.
- C) A força coercitiva do Estado é capaz de impor um novo código denotativo formal, mas permanece subordinada ao valor conotativo e estético da linguagem, que preserva a essência da comunicação humana.
- D) A revolta de Bernardão contra o resultado dos certames justifica-se pela variação conotativa que os concorrentes operavam nas palavras antigas, rompendo com a unidade moral planejada para o Estado governado por ele.

### Questão 02

**Considerando as estruturas linguísticas, os mecanismos de coesão e as normas gramaticais padrão da língua portuguesa aplicadas ao texto “O dicionário”, quanto às regras de concordância, regência e emprego do acento grave indicativo de crase, analise as afirmativas a seguir.**

- I. No segmento “[...] uma oftalmia que afligiu a Bernardão, [...]” (4º§), a inserção da preposição “a” indica que o verbo “afligir” rege complemento do tipo objeto indireto.
- II. No trecho “Não faltavam noivas ao novo rei, [...]” (5º§), a concordância verbal realiza-se de forma regular com o substantivo “noivas”, que exerce a função sintática de sujeito.
- III. Na expressão “[...] o poeta amado leu à pressa o que pôde, [...]” (8º§), o emprego do acento grave justifica-se pela mesma regra que determina o seu uso em locuções adverbiais de base feminina.
- IV. Na oração “[...] toda a gente andava atônita.” (13º§), o vocábulo “atônita” funciona como predicativo, e sua concordância nominal atende estritamente ao gênero gramatical do núcleo do sujeito “gente”.
- V. Na estrutura “[...] mostrava-se fiel à dinastia decaída.” (5º§), a ocorrência da crase é determinada pela regência do termo regente “fiel”, que demanda a preposição “a”, fundida ao artigo definido feminino exigido pelo termo regido “dinastia”.

**Diante da análise gramatical dos itens, está correto o que se afirma apenas em**

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III, IV e V.



### Questão 03

A organização estrutural de um texto reflete as escolhas estéticas e discursivas de seu autor, articulando sequências tipológicas diversas para dar forma a um determinado gênero. No caso de *“O dicionário”*, a correlação entre as marcas tipológicas e o gênero textual manifesta-se de forma peculiar. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- A) O texto consubstancia o gênero conto de matriz satírica, no qual a macroestrutura predominantemente narrativa incorpora sequências injuntivas e descritivas com o fim de fundamentar uma alegoria política.
- B) A hibridização entre a prosa ficcional e a poesia de Garção no desfecho transmuta o gênero da obra para a tipologia lírica, subordinando o enredo ficcional à expressão direta das emoções subjetivas do narrador.
- C) O predomínio da tipologia dissertativo-argumentativa manifesta-se nos diálogos entre o rei e os ministros, transformando a narrativa em um ensaio teórico formal sobre a evolução das estruturas gramaticais clássicas.
- D) A presença de decretos reais e de regulamentos de concursos públicos confere à obra a natureza de um texto predominantemente instrucional, cuja função é normatizar as condutas linguísticas da sociedade retratada.

### Questão 04

No período *“Como era calvo desde verdes anos, decretou Bernardão que todos os seus súbditos fossem igualmente calvos, ou por natureza ou por navalha, [...]”* (4º§), a disposição das orações e dos conectivos estabelece uma específica arquitetura lógica e gramatical. Sob a perspectiva da sintaxe do período composto, assinale a afirmativa que analisa corretamente as relações de subordinação e a função dos termos nessa estrutura.

- A) A estrutura configura um caso de coordenação sindética explicativa na oração inicial, cujo sentido é complementado por uma oração subordinada adverbial consecutiva.
- B) A primeira oração classifica-se como subordinada adverbial comparativa, estabelecendo um paralelo com o comportamento dos súbditos, enquanto a estrutura subsequente atua como sujeito da oração principal.
- C) A oração inicial introduz uma circunstância de causa em relação à ação principal de *“decretar”*, a qual, por sua vez, é integrada por uma oração subordinada substantiva que exerce a função de objeto direto.
- D) O conectivo *“como”* assume valor de conjunção subordinada conformativa, vinculando a calvície do rei a uma norma preexistente, ao passo que a oração encabeçada por *“que”* possui natureza adjetiva explicativa.

### Questão 05

Considerando que no 1º§ do conto o autor emprega diversos recursos morfológicos para garantir a coesão e a progressão harmoniosa das ideias, analise o seguinte trecho: *“[...] e em política pedia o trono para a multidão. Com o fim de a pôr ali, pegou de um pau, [...]”*. Diante dos mecanismos de coesão textual e do emprego das classes de palavras, a respeito do termo grafado em destaque (*“a”* em *“[...] a pôr ali [...]”*), é correto afirmar que o vocábulo:

- A) Funciona como uma preposição essencial e rege o verbo *“pôr”*, indicando a direção do movimento que o tanoeiro pretendia realizar no espaço físico do palácio imperial.
- B) Constitui uma conjunção subordinada e conecta a estrutura verbal ao termo *“trono”*, definindo o local físico onde a revolta popular deveria se consolidar de forma pacífica.
- C) Classifica-se como um pronome pessoal oblíquo átono e desempenha papel coesivo anafórico, retomando o substantivo *“multidão”* para assegurar a coerência das ações de Bernardino.
- D) Atua como um artigo definido feminino e correlaciona-se ao substantivo sutil *“política”*, estabelecendo a concordância nominal regulamentar e a clareza da argumentação precedente.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

### Questão 06

Acerca das competências legislativas, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) É constitucional lei estadual que estabelece indenização aos consumidores por interrupção no fornecimento de energia elétrica.
- B) É constitucional lei estadual que proíbe, no âmbito de seu território, a fabricação, a venda e a comercialização de armas de brinquedo que simulam armas de fogo reais.
- C) É constitucional lei estadual ou distrital que cria selo oficial certificando empresas de venda direta e *marketing* multinível como não integrantes de esquema de pirâmide.
- D) É constitucional lei estadual que exige licenciamento ambiental estadual ou registro ambiental como condição para a instalação e operação de Estações Rádio-Base (ERBs) e demais infraestruturas de telecomunicações.



### **Questão 07**

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa editou a Lei nº 500/2025, de iniciativa parlamentar, disciplinando matéria cuja iniciativa legislativa era reservada ao Chefe do Poder Executivo. A referida lei revogou integralmente a Lei nº 320/2018, que tratava da mesma matéria e também havia sido editada com o mesmo vício formal de iniciativa. O Procurador-Geral da República ajuizou ação direta de inconstitucionalidade exclusivamente contra a Lei nº 500/2025, sem impugnar a legislação anteriormente revogada. Durante o julgamento, alguns ministros sustentaram que eventual procedência da ação faria repristinar automaticamente a Lei nº 320/2018, igualmente incompatível com a Constituição. Considerando a evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) A ação direta não deve ser conhecida, pois a ausência de impugnação da lei anteriormente revogada impede o exame do mérito, em razão da violação ao princípio da demanda.
- B) A declaração de inconstitucionalidade da lei anteriormente revogada depende, para sua admissibilidade, do aditamento da petição inicial antes da inclusão do processo em pauta, sendo vedada a atuação de ofício da Corte.
- C) Reconhecida a inconstitucionalidade da lei impugnada, o efeito repristinatório é consequência constitucional necessária e não pode ser afastado pelo STF, ainda que a lei revogada padeça do mesmo vício de inconstitucionalidade.
- D) O STF poderá conhecer da ação, declarar a inconstitucionalidade da lei impugnada e, ao delimitar os efeitos da decisão, afastar o efeito repristinatório, declarando, de ofício e por arrastamento, a inconstitucionalidade da norma anteriormente revogada, caso verifique sua incompatibilidade com a Constituição.

### **Questão 08**

Durante um seminário sobre “História Constitucional Brasileira”, quatro professores debatiam a evolução do controle de constitucionalidade nas Constituições brasileiras. Cada um apresentou uma afirmação acerca das mudanças introduzidas pelos diferentes textos constitucionais. Considerando a evolução histórica do constitucionalismo brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) A Constituição de 1946 manteve o Poder Moderador como instrumento de equilíbrio entre os Poderes da República.
- B) A Constituição de 1967 suprimiu integralmente o controle jurisdicional de constitucionalidade, atribuindo ao Congresso Nacional a competência para declarar a invalidade das leis.
- C) A Constituição de 1937 ampliou os mecanismos de fiscalização judicial da constitucionalidade das leis, fortalecendo a independência do Poder Judiciário em relação ao Poder Executivo.
- D) A Constituição de 1891 foi a primeira Constituição brasileira a adotar o controle jurisdicional de constitucionalidade, inspirado no modelo norte-americano, em substituição ao sistema vigente durante o Império.

### **Questão 09**

**Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), de seus poderes investigatórios e do controle jurisdicional de seus atos, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.**

- A) A Comissão Parlamentar de Inquérito pode determinar a interceptação telefônica dos investigados, desde que a decisão seja fundamentada e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- B) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes para determinar a busca e apreensão de bens, objetos e computadores, desde que a diligência não se efetive em local inviolável, como os espaços domiciliares.
- C) Os dados obtidos por Comissão Parlamentar de Inquérito mediante quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico podem ser divulgados livremente no sítio eletrônico oficial da Casa Legislativa, em observância ao princípio da publicidade.
- D) A criação da Comissão Parlamentar de Inquérito constitui direito subjetivo da minoria parlamentar, admitindo a intervenção do STF. A prorrogação de seu prazo, contudo, depende de deliberação da respectiva Casa Legislativa, não se tratando de matéria *interna corporis*.

### **Questão 10**

Após a rejeição, pelo Congresso Nacional, do veto integral oposto pelo Presidente da República a determinado projeto de lei, o Chefe do Poder Executivo deixou de promulgar a norma no prazo constitucional. Em seguida, o Presidente do Senado Federal, também regularmente intimado para tanto, permaneceu inerte. Nessa hipótese, nos termos da Constituição Federal, a promulgação da lei caberá ao:

- A) Vice-Presidente da República.
- B) Presidente do Congresso Nacional.
- C) Vice-Presidente do Senado Federal.
- D) Presidente da Câmara dos Deputados.



## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **Questão 11**

Considere que o gestor de determinado município, responsável pela condução de procedimentos licitatórios e pela gestão de contratos administrativos, identificou indícios de descumprimento de obrigações por uma empresa contratada. Antes de adotar qualquer medida, decidiu analisar o regime sancionatório previsto na Lei nº 14.133/2021, buscando compreender as espécies de sanções administrativas, seus pressupostos de aplicação e as garantias processuais asseguradas ao contratado.

A respeito da temática, analise as afirmativas a seguir.

- I. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo máximo de três anos.
- II. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- III. Na sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar a prescrição ocorrerá em cinco anos, contados da ciência da infração pela Administração.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

### **Questão 12**

O município de Santa Aurora celebrou contrato de concessão comum para a prestação dos serviços de transporte coletivo urbano pelo prazo de vinte anos. Faltando seis anos para o término da concessão, o Poder Executivo encaminhou e obteve aprovação de lei municipal autorizando a retomada da prestação direta do serviço, sob o fundamento de que a municipalização permitiria maior integração com outras políticas públicas de mobilidade urbana. Antes da retomada do serviço, a concessionária requereu o pagamento da indenização referente aos investimentos realizados em bens reversíveis ainda não amortizados. A Procuradoria do município foi consultada acerca da legalidade da medida. Diante do cenário hipotético narrado, à luz da Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar que a retomada do serviço:

- A) Caracteriza hipótese de caducidade, dispensando lei autorizativa e pagamento prévio de indenização.
- B) Deveria ocorrer após o término do contrato, sendo vedada a extinção antecipada fundada em interesse público.
- C) Caracteriza encampação, que exige lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização devida à concessionária.
- D) Configura rescisão contratual, que pode ser promovida unilateralmente pelo município sempre que houver interesse público.

### **Questão 13**

Determinado gestor municipal, diante da intenção de celebrar parceria com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para a execução de projeto de interesse público, decidiu examinar a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tema. Seu objetivo era compreender os entendimentos consolidados da Corte acerca da aplicação da legislação pertinente e das boas práticas relacionadas à celebração, execução e controle dessas parcerias. Acerca do tema, à luz da jurisprudência do TCU, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não há amparo legal para a contratação de mão de obra mediante a celebração de termos de parceria com OSCIP ou de instrumentos congêneres (convênios, termos de colaboração, termos de fomento) com entidades sem fins lucrativos.
- II. A qualificação como OSCIP, por si só, não assegura a regularidade dos termos de parceria, sendo também necessário que o ajuste celebrado se destine efetivamente à execução de alguma das atividades de interesse público previstas na Lei nº 9.790/1999.
- III. O dirigente de OSCIP que administra recursos públicos repassados à entidade responde solidariamente com esta quando houver dano ao erário na execução de termo de parceria, uma vez que assume a responsabilidade pela correta execução do objeto avençado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



### **Questão 14**

**Sobre as matérias sumuladas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) acerca dos concursos públicos, analise as afirmativas a seguir.**

- I. O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
- II. É inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público.
- III. É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

### **Questão 15**

**O município de Bela Esperança ajuizou ação de desapropriação de parte de uma propriedade rural para a implantação de uma nova avenida. Verificou-se que a área remanescente do imóvel ficou excessivamente reduzida, sem acesso adequado à via pública e sem viabilidade econômica para a atividade agrícola anteriormente desenvolvida. Diante dessa situação, o proprietário requereu ao município que também desapropriasse a área remanescente, sustentando que ela se tornara inaproveitável em razão da desapropriação parcial. O gestor municipal, antes de decidir o pedido, consultou a Procuradoria do município para identificar o instituto jurídico aplicável ao caso. Considerando o regime jurídico das desapropriações, assinale a alternativa que indica o instituto jurídico aplicável à situação descrita.**

- A) Retrocessão.
- B) Direito de extensão.
- C) Desapropriação indireta.
- D) Desapropriação por zona.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **Questão 16**

**Acerca da ação de consignação em pagamento, à luz do Código de Processo Civil de 2015, assinale a afirmativa correta.**

- A) Tratando-se de prestações sucessivas, o devedor deverá ajuizar nova ação de consignação para cada prestação que se vencer no curso do processo.
- B) Alegada a insuficiência do depósito, é lícito ao autor complementá-lo no prazo de dez dias, salvo se corresponder a prestação cujo inadimplemento acarrete a rescisão do contrato.
- C) Se o objeto da prestação for coisa indeterminada e a escolha couber ao credor, o juiz determinará que o devedor realize o depósito da coisa, dispensada a prévia manifestação do credor.
- D) Na hipótese de obrigação em dinheiro, recusado o depósito realizado em estabelecimento bancário, o devedor poderá propor a ação de consignação em pagamento dentro de dois meses, permanecendo eficaz o depósito anteriormente realizado.

### **Questão 17**

**Durante cumprimento de sentença, o exequente apresentou memória de cálculo indicando ser credor da quantia de R\$ 150.000,00. O executado impugnou os cálculos, sustentando que o valor correto seria de R\$ 120.000,00. Diante da divergência, o juízo determinou a remessa dos autos ao contador judicial, que, observando rigorosamente os critérios estabelecidos no título executivo judicial, apurou ser devido o montante de R\$ 180.000,00. O magistrado homologou integralmente os cálculos do contador. Diante do cenário hipotético narrado, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que o julgamento:**

- A) É *extra petita*, por homologar valor diverso daquele apresentado por ambas as partes.
- B) É *ultra petita*, pois o magistrado homologou valor superior ao requerido pelo exequente.
- C) É *citra petita* (*infra petita*), porque deixou de apreciar os cálculos apresentados pelas partes.
- D) Não viola o princípio da congruência, pois a homologação dos cálculos do contador judicial observou os parâmetros fixados no título executivo judicial.



### **Questão 18**

Em demanda submetida ao rito dos Juizados Especiais Cíveis, foi proferida sentença de mérito que transitou em julgado. Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento com eficácia vinculante, firmou entendimento constitucional incompatível com a interpretação adotada na decisão exequenda. Nesse contexto, à luz da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- A) É possível a desconstituição da coisa julgada e a arguição de inexigibilidade do título executivo judicial, desde que o precedente do STF seja anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda.
- B) É possível a desconstituição da coisa julgada e a arguição de inexigibilidade do título executivo judicial, desde que o precedente do STF seja posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda.
- C) Não é possível a desconstituição da coisa julgada nem a arguição de inexigibilidade do título executivo judicial nos Juizados Especiais, em razão da incompatibilidade dessas medidas com o procedimento sumaríssimo.
- D) É possível a desconstituição da coisa julgada e a arguição de inexigibilidade do título executivo judicial quando este contrariar interpretação constitucional firmada pelo Plenário do STF, seja a decisão da Corte anterior ou posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda.

### **Questão 19**

A empresa Alfa ajuizou ação de ressarcimento em face de determinado Estado estrangeiro. A ação foi julgada improcedente pelo Juízo Federal de primeira instância. Inconformada, a empresa interpôs recurso à instância superior. À luz da Constituição Federal, do Código de Processo Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que o recurso cabível é:

- A) Apelação, admitindo-se a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.
- B) Apelação, não se admitindo a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.
- C) Recurso extraordinário, não se admitindo a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.
- D) Recurso ordinário constitucional, admitindo-se a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

### **Questão 20**

Sobre a reclamação, à luz do Código de Processo Civil de 2015 e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que **NÃO** é cabível reclamação perante:

- A) O Tribunal de Justiça contra decisão de juiz de primeiro grau que usurpe a competência originária da Corte.
- B) O Supremo Tribunal Federal (STF) contra decisão de Tribunal de Justiça que contrarie enunciado de súmula vinculante.
- C) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra ato proferido por órgão julgador do próprio STJ que contrarie precedente qualificado firmado pela Corte.
- D) O Supremo Tribunal Federal (STF) contra decisão administrativa do Poder Legislativo que contrarie precedente firmado em controle concentrado de constitucionalidade.

## **DIREITO CIVIL**

### **Questão 21**

João e Regina casaram-se sob o regime da comunhão parcial de bens. Durante o casamento, adquiriram um imóvel urbano com área total de 360m<sup>2</sup>, utilizado como residência da família. Após alguns anos, João abandonou voluntariamente o lar, permanecendo Regina na posse exclusiva, direta e ininterrupta do imóvel, utilizando-o para sua moradia e de seus filhos. Decorridos mais de dois anos, Regina ajuizou ação de usucapião, pleiteando a aquisição da meação pertencente a João, requerendo, subsidiariamente, que a usucapião incidisse apenas sobre uma fração ideal correspondente a 250m<sup>2</sup> do imóvel, renunciando à pretensão quanto à área excedente. Diante do cenário hipotético narrado, à luz do Código Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que o pedido deve ser:

- A) Rejeitado, pois não atendeu ao prazo exigido pelo Código Civil para a usucapião.
- B) Julgado improcedente, pois o limite de 250m<sup>2</sup> incide sobre a área total do imóvel, não sendo possível fracionar o bem para viabilizar a usucapião familiar.
- C) Acolhido, porque o abandono do lar, aliado à posse exclusiva por mais de dois anos, torna irrelevante a área total do imóvel para fins de usucapião familiar.
- D) Parcialmente acolhido, limitando-se a aquisição originária à fração ideal correspondente a 250m<sup>2</sup>, preservando-se a propriedade do restante em favor de João.



### **Questão 22**

Luísa é beneficiária de plano de previdência complementar administrado por entidade fechada de previdência privada. Sustentando que seu benefício estava sendo pago em valor inferior ao devido, ajuizou ação revisional e obteve tutela provisória de urgência antecipada, que determinou o acréscimo mensal de R\$ 1.000,00 ao benefício. Em razão da decisão judicial, a entidade efetuou o pagamento da complementação majorada durante todo o curso do processo. Ao final, contudo, a ação foi julgada improcedente, com a revogação da tutela antecipada. Pretendendo reaver os valores pagos em cumprimento à decisão posteriormente revogada, a entidade ajuizou ação de cobrança. Considerando o caso hipotético narrado, à luz do Código Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), qual o prazo prescricional aplicável à pretensão da entidade de previdência complementar?

- A) Um ano.
- B) Três anos.
- C) Cinco anos.
- D) Dez anos.

### **Questão 23**

**Acerca das regras de Direito Internacional Privado previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a afirmativa correta.**

- A) Os direitos reais sobre bens móveis regem-se pela lei do domicílio do proprietário.
- B) As obrigações constituídas no exterior regem-se, em qualquer hipótese, pela lei do domicílio do devedor.
- C) A sucessão de bens imóveis situados no exterior submete-se à lei do país onde se encontram, não competindo à autoridade judiciária brasileira processar seu inventário e partilha.
- D) Realizando-se o casamento no Brasil, aplica-se, obrigatoriamente, a lei brasileira quanto aos impedimentos matrimoniais, ainda que ambos os nubentes sejam estrangeiros domiciliados no exterior.

### **Questão 24**

Mariana contratou os cirurgiões plásticos Júlio e Pedro para a realização de procedimento estético facial, assumindo ambos a execução conjunta da cirurgia. O resultado prometido não foi alcançado em razão de falhas imputáveis aos dois profissionais, caracterizando inadimplemento absoluto da obrigação. Em juízo, Mariana requereu a resolução do contrato, com a restituição integral dos R\$ 50.000,00 pagos, bem como o custeio de nova cirurgia estética a ser realizada por outro profissional de sua confiança. No curso do processo, Júlio, reconhecendo a responsabilidade solidária perante a paciente, efetuou espontaneamente o pagamento de R\$ 25.000,00 à autora e, em seguida, ajuizou ação regressiva contra Pedro, buscando o ressarcimento da metade desse valor. Diante do cenário hipotético narrado, à luz do Código Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- A) O direito de regresso depende apenas da citação do outro devedor solidário.
- B) Caso Mariana exija o cumprimento integral do contrato, não caberá indenização por perdas e danos.
- C) Júlio poderá exercer imediatamente o direito de regresso, pois o pagamento parcial já extingue sua quota-parte na obrigação solidária.
- D) Optando Mariana pela resolução do contrato com a restituição integral da contraprestação, não poderá exigir também o custeio de nova cirurgia por terceiro.

### **Questão 25**

**À luz da Lei nº 6.015/1973 – Lei de Registros Públicos e, ainda, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.**

- A) A inclusão de apelido público notório ao nome civil poderá ser requerida diretamente perante o oficial de registro civil, independentemente de autorização judicial.
- B) A alteração do sobrenome por mero interesse pessoal poderá ser requerida diretamente perante o oficial de registro civil, desde que o requerente apresente justificativa plausível e inexistam prejuízos a terceiros.
- C) Pode ser deferido o pedido formulado por filho que, no primeiro ano após atingir a maioridade civil, pretenda excluir completamente de seu nome os sobrenomes paternos, em razão de abandono afetivo praticado pelo genitor.
- D) Os conviventes em união estável devidamente registrada no Registro Civil das Pessoas Naturais poderão requerer a inclusão do sobrenome do companheiro apenas no prazo de noventa dias, contado da lavratura da escritura pública de união estável.



## **DIREITO DO TRABALHO**

### **Questão 26**

Determinado município possui regime jurídico estatutário próprio para seus servidores efetivos e também mantém alguns empregados públicos celetistas em uma autarquia municipal, além de contratados temporários sob regime jurídico-administrativo especial (art. 37, IX, da CF). Nesse contexto, considere que três ações são ajuizadas: 1) por servidor estatutário efetivo, pleiteando vantagens funcionais; 2) por empregado celetista da autarquia, postulando horas extras; e 3) por contratado temporário, alegando desvirtuamento do contrato administrativo. Diante do caso hipotético narrado, assinale a alternativa que indica corretamente a competência para julgar cada demanda.

- A) As três demandas competem à Justiça Comum, pois envolvem o poder público municipal em todos os polos passivos.
- B) As três demandas competem à Justiça do Trabalho, por força da ampliação promovida pela EC nº 45/2004, art. 114 da CF.
- C) A demanda do empregado celetista e a do contratado temporário competem à Justiça do Trabalho; apenas a do estatutário compete à Justiça Comum.
- D) A demanda do servidor estatutário e a do contratado temporário competem à Justiça Comum; a do empregado celetista compete à Justiça do Trabalho.

### **Questão 27**

Determinado servidor admitido por município sem prévia aprovação em concurso público após a Constituição Federal de 1988, sob alegado regime celetista, tem reconhecida, judicialmente, a nulidade da contratação (art. 37, II e § 2º, da CF). Sobre os efeitos dessa nulidade na esfera trabalhista, é correto afirmar que:

- A) A nulidade opera efeitos *ex tunc* plenos, nada sendo devido ao trabalhador, pois o ato é absolutamente nulo e não pode gerar qualquer obrigação ao ente público.
- B) A nulidade convalida-se pelo decurso do tempo, convertendo-se em contrato válido após cinco anos de prestação de serviços, em homenagem à segurança jurídica.
- C) O trabalhador tem direito apenas ao pagamento da contraprestação pactuada quanto às horas efetivamente trabalhadas (respeitado o valor da hora do salário mínimo) e aos valores dos depósitos do FGTS.
- D) Reconhecida a nulidade, o trabalhador faz jus a todas as verbas rescisórias típicas da dispensa sem justa causa (aviso prévio, 13º salário, férias com 1/3 e multa de 40% do FGTS), como se válido fosse o contrato.

### **Questão 28**

Considere, hipoteticamente, que a empresa Conservação Total Ltda. prestou serviços ao município de Potirendaba. Em reclamação trabalhista, determinado empregado aponta que a Conservação Total Ltda. e a Facilities Ltda. possuem os mesmos sócios e requer a condenação solidária de ambas como integrantes de grupo econômico. Aponta, ainda, que a Facilities Ltda. teria assumido a estrutura, a clientela e os contratos da Conservação Total Ltda., pleiteando a responsabilização da sucessora. À luz dos arts. 2º, §§ 2º e 3º, 10, 448 e 448-A da Consolidação das leis do Trabalho (CLT), assinale a afirmativa correta.

- A) A mera identidade de sócios entre as empresas é suficiente, por si só, para a caracterização do grupo econômico e a consequente responsabilidade solidária.
- B) Reconhecido o grupo econômico, o município responde solidariamente com as empresas, pois é o tomador final dos serviços e beneficiário direto da força de trabalho.
- C) Na sucessão de empregadores, a empresa sucedida permanece como única responsável pelas obrigações contraídas em seu período, não havendo transferência de responsabilidade à sucessora.
- D) A caracterização do grupo econômico exige, além de eventual identidade de sócios, a demonstração do interesse integrado, da efetiva comunhão de interesses e da atuação conjunta das empresas; configurada a sucessão, as obrigações trabalhistas, inclusive as anteriores, são de responsabilidade da sucessora.



### **Questão 29**

Considere que, empregador e empregado, já tendo extinto o contrato de trabalho, decidem formalizar acordo extrajudicial e submetê-lo à homologação judicial perante a Justiça do Trabalho (arts. 855-B a 855-E da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), por meio de petição conjunta, ambos representados pelo mesmo advogado, requerendo a homologação integral e a outorga de quitação geral do contrato. Diante do cenário hipotético narrado, na condição de Procurador, analise a regularidade do procedimento e assinale a afirmativa correta.

- A) O procedimento é regular, pois a petição conjunta admite advogado comum às partes, e o juiz está obrigado a homologar o acordo nos exatos termos apresentados.
- B) A homologação do acordo extrajudicial substitui integralmente a obrigação de pagamento das verbas rescisórias nos prazos do art. 477 da CLT, afastando a incidência da multa ali prevista.
- C) O processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial não suspende o prazo prescricional relativo aos direitos nele especificados, correndo a prescrição normalmente.
- D) É vedado às partes serem representadas por advogado comum; ademais, a homologação é faculdade do juízo, que pode designar audiência, recusar a homologação ou homologá-la apenas parcialmente, não estando vinculado aos termos do acordo.

### **Questão 30**

Em reclamação trabalhista movida contra determinado município, a sentença, líquida, condena o ente público ao pagamento de verbas equivalentes a noventa salários mínimos. O município, regularmente representado pela Procuradoria, interpõe recurso ordinário. Sobre as prerrogativas processuais da Fazenda Pública na Justiça do Trabalho e o cabimento da remessa necessária, assinale a afirmativa correta.

- A) A remessa necessária só não incidiria se a condenação fosse de até sessenta salários mínimos, valor que constitui o teto único para todos os entes públicos na Justiça do Trabalho.
- B) A sentença está sujeita à remessa necessária (recurso ordinário *ex officio*), pois toda condenação contrária à Fazenda Pública municipal a ela se submete, independentemente do valor.
- C) Não há remessa necessária no caso, pois a condenação não supera cem salários mínimos, limite aplicável aos municípios que não sejam capitais e respectivas autarquias e fundações.
- D) O município deveria ter recolhido o depósito recursal para a admissibilidade do recurso ordinário, sob pena de deserção, por ausência de previsão de dispensa na legislação trabalhista.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

### **Questão 31**

No curso de procedimento de revisão fiscal, a Administração Tributária constatou que determinada sociedade empresária deixou de recolher tributo sujeito a lançamento por homologação relativamente a fatos geradores ocorridos há vários anos. Embora o prazo para a constituição do crédito tributário já tivesse transcorrido, a autoridade fazendária verificou que, após o escoamento desse prazo, a empresa apresentou declaração fiscal reconhecendo a existência do débito, assinou termo de confissão de dívida e aderiu a programa de parcelamento instituído pelo ente tributante. Diante desses elementos, o Fisco sustentou que os atos praticados pelo contribuinte teriam o efeito de viabilizar a constituição e a exigibilidade do crédito tributário, afastando os efeitos da decadência anteriormente consumada. Diante do cenário hipotético narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) A apresentação de declaração fiscal confessando a existência do débito constitui fato jurídico superveniente suficiente para afastar a decadência e permitir a constituição do crédito tributário.
- B) A adesão ao parcelamento e a assinatura de termo de confissão de dívida representam reconhecimento inequívoco da obrigação tributária, tornando irrelevante a ocorrência da decadência para fins de constituição e cobrança do crédito.
- C) A decadência impede apenas a constituição do crédito tributário por lançamento de ofício, não alcançando as hipóteses em que o próprio contribuinte reconhece a existência do débito por meio de declaração ou outro instrumento admitido pela legislação tributária.
- D) Consumada a decadência, extingue-se o direito de constituir o crédito tributário, razão pela qual atos posteriores praticados pelo contribuinte, como declarações fiscais, confissão de dívida ou adesão a parcelamento, não possuem o efeito de restabelecer a possibilidade de sua constituição ou exigência.



### **Questão 32**

Determinada sociedade empresária realizou uma reorganização societária que resultou em significativa redução da carga tributária incidente sobre suas operações. Ao proceder ao lançamento tributário, a autoridade fiscal desconsiderou os negócios jurídicos praticados exclusivamente com fundamento no art. 116, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (CTN), afirmando que as operações tiveram a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador. Não havia, contudo, lei ordinária disciplinando o procedimento para a aplicação do referido dispositivo. Considerando o cenário hipotético, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- A) O art. 116, parágrafo único, do CTN possui eficácia plena, sendo suficiente para autorizar a desconsideração de qualquer negócio jurídico que resulte em economia tributária.
- B) A ausência de lei ordinária impede apenas a aplicação de penalidades tributárias, não obstando a desconsideração dos negócios jurídicos para fins de constituição do crédito tributário.
- C) A desconsideração de atos ou negócios jurídicos para fins de lançamento tributário exige, além da demonstração da dissimulação, a prévia edição da lei ordinária prevista no art. 116, parágrafo único, do CTN.
- D) A autoridade tributária pode desconsiderar atos ou negócios jurídicos diretamente com fundamento no art. 116, parágrafo único, do CTN, independentemente da edição de lei ordinária regulamentadora, desde que demonstre a existência de finalidade tributária.

### **Questão 33**

Uma entidade beneficente de assistência social obteve decisão judicial transitada em julgado, reconhecendo sua imunidade tributária em ação declaratória ajuizada em relação a determinados créditos tributários. Anos depois, foi ajuizada execução fiscal para a cobrança de outros créditos, oportunidade em que a entidade sustentou que a decisão anteriormente proferida impediria, por si só, a constituição e a exigibilidade da nova dívida tributária. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- A) O reconhecimento judicial da imunidade tributária dispensa a entidade da comprovação do atendimento dos requisitos previstos na legislação de regência, por se tratar de matéria definitivamente decidida pela coisa julgada.
- B) A existência de decisão judicial transitada em julgado, reconhecendo a imunidade tributária, impede a Fazenda Pública de ajuizar execução fiscal contra a entidade enquanto não houver ação rescisória desconstituindo a decisão anterior.
- C) O trânsito em julgado da decisão declaratória que reconhece a imunidade tributária impede a cobrança de quaisquer créditos tributários posteriormente constituídos em face da entidade, ainda que decorrentes de fatos geradores distintos.
- D) A decisão judicial que reconhece a imunidade tributária somente pode produzir efeitos em relação aos créditos tributários discutidos na demanda em que foi proferida, sendo indispensável, quanto a créditos diversos, a demonstração do preenchimento dos requisitos legais exigidos para a fruição da imunidade.

### **Questão 34**

Determinada sociedade empresária foi integralmente incorporada por outra pessoa jurídica, que passou a sucedê-la em seus direitos e obrigações. Após a incorporação, a Administração Tributária constituiu crédito tributário referente a fatos geradores ocorridos antes da sucessão empresarial, acrescido de multa moratória e de multa punitiva em razão de infrações praticadas pela sociedade incorporada. A empresa sucessora sustentou que, por possuírem natureza sancionatória, as multas não poderiam ser exigidas do sucessor, devendo a responsabilidade limitar-se ao tributo devido. Diante desse cenário hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) A multa punitiva somente poderá ser exigida do sucessor se a infração tributária tiver sido praticada após a ocorrência da sucessão empresarial.
- B) A responsabilidade tributária do sucessor restringe-se ao valor do tributo devido pelo sucedido, não abrangendo multas, independentemente da natureza da penalidade aplicada.
- C) A responsabilidade do sucessor alcança apenas as multas moratórias, por possuírem caráter indenizatório, excluindo-se as multas punitivas em razão de seu caráter sancionatório e pessoal.
- D) A responsabilidade tributária do sucessor compreende os tributos e as multas moratórias e punitivas relativas a fatos geradores ocorridos antes da sucessão, por integrarem o passivo transferido ao sucessor.



### **Questão 35**

Após a constituição de crédito tributário por meio de lançamento regularmente efetuado, a Administração Tributária identificou a existência de erro de fato na apuração do tributo, consistente na incorreta consideração de elementos constantes da declaração do contribuinte. Diante disso, foi instaurado procedimento de revisão do lançamento, com fundamento em hipótese prevista no art. 149 do Código Tributário Nacional (CTN), em momento posterior ao transcurso de considerável lapso temporal desde a ocorrência do fato gerador. O contribuinte, ao impugnar a exigência, sustentou que a revisão não poderia ser realizada em razão da ocorrência da decadência. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- A) A ocorrência de erro de fato no lançamento autoriza a Administração Tributária a proceder à revisão do crédito tributário, independentemente da fase em que se encontre a constituição do crédito.
- B) A revisão do lançamento tributário depende de iniciativa do contribuinte, especialmente quando se tratar de correção de erro de fato identificado pela Administração após a constituição definitiva do crédito.
- C) A revisão do lançamento tributário pode ser realizada nas hipóteses do art. 149 do CTN, ainda que já ultrapassado o prazo decadencial, desde que verificada a ocorrência de erro de fato no procedimento de apuração do tributo.
- D) A revisão do lançamento tributário encontra fundamento nas hipóteses do art. 149 do CTN, porém sua realização deve se compatibilizar com os limites temporais inerentes à constituição do crédito tributário, notadamente o prazo decadencial.

## **DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO**

### **Questão 36**

Eduardo, Procurador Jurídico do Município Ômega, recebeu do Prefeito solicitação para emissão de parecer jurídico acerca da constitucionalidade de projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal e encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para deliberação quanto à sanção ou ao veto. A proposição, de iniciativa parlamentar, estabelece novo limite para as requisições de pequeno valor (RPVs) destinadas ao pagamento de condenações judiciais impostas ao município, fixando-o em valor correspondente ao maior benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Durante a tramitação legislativa, instaurou-se intenso debate entre os parlamentares. Parte deles sustentou que a definição do limite das RPVs interfere diretamente na programação financeira e no planejamento orçamentário do município, razão pela qual dependeria de projeto de lei de iniciativa do Prefeito. Além disso, defendeu-se que o projeto afrontaria o art. 87, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por estabelecer limite inferior ao parâmetro de trinta salários mínimos previsto nesse dispositivo para as obrigações de pequeno valor perante a Fazenda Municipal. Em sentido diverso, outros vereadores afirmaram que a proposição observava a repartição constitucional de competências legislativas e os parâmetros materiais fixados pela Constituição da República. Diante da controvérsia, o Prefeito encaminhou o projeto à Procuradoria Jurídica para manifestação conclusiva acerca de sua constitucionalidade formal e material. Considerando as normas constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre requisição de pequeno valor, o Procurador Jurídico deverá concluir que a proposição é:

- A) Formalmente inconstitucional, pois a iniciativa para definição de obrigações de pequeno valor destinadas ao pagamento de condenações judiciais é reservada ao Chefe do Poder Executivo; materialmente inconstitucional, na medida em que fixa o limite em valor inferior ao parâmetro de trinta salários mínimos previsto, para os municípios, no art. 87, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- B) Formalmente constitucional, pois a iniciativa para definição de obrigações de pequeno valor destinadas ao pagamento de condenações judiciais não é reservada ao Chefe do Poder Executivo; materialmente inconstitucional, na medida em que fixa o limite em valor inferior ao parâmetro de trinta salários mínimos previsto, para os municípios, no art. 87, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- C) Formalmente inconstitucional, pois a iniciativa para definição de obrigações de pequeno valor destinadas ao pagamento de condenações judiciais é reservada ao Chefe do Poder Executivo; materialmente constitucional, na medida em que fixa o limite em valor correspondente ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social, em conformidade com o parâmetro mínimo estabelecido pela Constituição Federal.
- D) Formalmente constitucional, pois a iniciativa para definição de obrigações de pequeno valor destinadas ao pagamento de condenações judiciais não é reservada ao Chefe do Poder Executivo; materialmente constitucional, na medida em que fixa o limite em valor correspondente ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social, em conformidade com o parâmetro mínimo estabelecido pela Constituição Federal.



### Questão 37

Nos últimos anos, o Tribunal de Contas do Estado Alfa passou a receber quantidade expressiva de denúncias formuladas por cidadãos, agentes públicos, entidades da sociedade civil e representantes políticos acerca de supostas irregularidades praticadas pelos municípios sujeitos à sua jurisdição. O elevado número de representações encaminhadas à Corte de Contas resultou na instauração de diversos procedimentos de fiscalização, inclusive envolvendo matérias de reduzida materialidade econômica, baixo impacto social ou limitada relevância administrativa. Em razão desse cenário, durante reunião institucional promovida pela Associação Estadual de Municípios, diversos gestores municipais relataram que o volume de diligências, requisições de informações e processos decorrentes das denúncias recebidas pelo Tribunal de Contas vinha comprometendo a atuação administrativa dos municípios. Na ocasião, representantes das Procuradorias Jurídicas Municipais destacaram que a necessidade constante de elaboração de manifestações, respostas técnicas e acompanhamento de procedimentos de controle externo vinha reduzindo a capacidade operacional dos órgãos jurídicos, além de contribuir para ambiente de insegurança decisória dos administradores públicos, diante do receio de responsabilizações decorrentes de escolhas administrativas posteriormente submetidas à apreciação da Corte de Contas. Diante desse contexto, Elias, Procurador Jurídico do Município Beta, sugeriu, durante reunião com representantes de outros municípios, a criação, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado Alfa, de procedimento de análise prévia de seletividade das denúncias recebidas pela Corte, com o objetivo de direcionar a atuação fiscalizatória para matérias que apresentassem maior relevância para o interesse público. A proposta consistia na criação de etapa preliminar conduzida por unidade técnica especializada do Tribunal de Contas, responsável por avaliar critérios objetivos relacionados à materialidade, relevância, risco, gravidade, urgência e impacto da irregularidade apontada. Ao final da análise, poderia ser sugerido o arquivamento da denúncia, o encaminhamento da matéria aos órgãos de controle interno competentes ou a instauração de procedimento de fiscalização. Durante os debates realizados acerca da proposta, surgiram divergências quanto ao modelo institucional adequado para implementação do procedimento. Parte dos participantes sustentava que, diante da natureza técnica da análise e da adoção de critérios objetivos previamente definidos, a própria unidade técnica poderia deliberar sobre o encaminhamento das denúncias submetidas ao exame de seletividade. Outra corrente defendia que a análise técnica poderia subsidiar a atuação da Corte, mas a decisão final deveria permanecer sob responsabilidade dos membros do Tribunal de Contas, em razão das competências constitucionais atribuídas aos Conselheiros. Também foram levantados questionamentos sobre a possibilidade de adoção desse mecanismo pelos Tribunais de Contas estaduais, considerando a organização constitucional do controle externo e a existência de modelo próprio de atuação do Tribunal de Contas da União. Diante disso, o Tribunal de Contas do Estado Alfa passou a estudar a viabilidade jurídica da implementação de procedimento de análise prévia de seletividade das denúncias recebidas, buscando compatibilizar a racionalização da atividade fiscalizatória com as competências constitucionais das Cortes de Contas. Tendo em vista o caso hipotético, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da atuação dos Tribunais de Contas, a proposta é:

- A) Inconstitucional, pois a adoção de procedimento de análise prévia de seletividade das denúncias por Tribunal de Contas estadual pressupõe a existência de disciplina equivalente no âmbito do Tribunal de Contas da União, em observância ao princípio da simetria constitucional aplicável às Cortes de Contas, de modo que a inexistência de mecanismo semelhante no modelo federal impede a criação autônoma de filtro de admissibilidade pelas Cortes estaduais.
- B) Constitucional, pois a instituição de procedimento de análise prévia de seletividade das denúncias constitui mecanismo legítimo de organização da atividade de controle externo, sendo compatível com a Constituição a atribuição de competência decisória à unidade técnica do Tribunal de Contas para, com base em critérios objetivos previamente estabelecidos, definir o arquivamento da denúncia, o encaminhamento da matéria ao controle interno ou a instauração de procedimento de fiscalização, sem necessidade de manifestação posterior dos Conselheiros.
- C) Inconstitucional, pois a instituição de procedimento de análise prévia de seletividade das denúncias configura renúncia ao exercício da competência constitucional de controle externo atribuída aos Tribunais de Contas, uma vez que a adoção de critérios de priorização dos objetos de fiscalização restringe indevidamente a abrangência da atividade fiscalizatória, afasta a apreciação de determinadas irregularidades comunicadas à Corte, enfraquece a atuação preventiva e repressiva do controle externo e compromete a efetividade da proteção do patrimônio público.
- D) Constitucional, pois a instituição de procedimento de análise prévia de seletividade das denúncias constitui mecanismo legítimo de organização da atividade de controle externo, sendo compatível com a Constituição a atribuição às unidades técnicas da Corte de Contas da realização de análise preliminar baseada em critérios objetivos de materialidade, relevância, risco, gravidade, urgência e impacto da irregularidade, desde que a decisão definitiva quanto ao arquivamento da denúncia, ao encaminhamento da matéria ao controle interno ou à instauração de procedimento de fiscalização permaneça submetida aos Conselheiros do Tribunal de Contas.



### Questão 38

Henrique, Procurador Jurídico do Município Sigma, foi incumbido de realizar a revisão jurídica final dos instrumentos de transparência da gestão fiscal antes de sua assinatura pelas autoridades competentes, publicação em meio eletrônico de amplo acesso público, encaminhamento aos sistemas oficiais de informações contábeis e fiscais e remessa ao Tribunal de Contas do Estado. A medida foi determinada pelo Prefeito Municipal em razão de recomendação expedida pela Corte de Contas quando da apreciação das contas do exercício anterior, no sentido de que o Município aprimorasse seus mecanismos de controle preventivo para assegurar a estrita observância das exigências da Lei Complementar nº 101/2000 quanto ao conteúdo obrigatório dos relatórios fiscais periódicos. Como o encerramento do terceiro quadrimestre coincide com o encerramento do último bimestre do exercício financeiro, a Secretaria Municipal de Fazenda concluiu simultaneamente as minutas do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), encaminhando-as à Procuradoria Jurídica para validação. Durante a conferência, Henrique verificou que a equipe técnica havia elaborado diversos demonstrativos obrigatórios, mas identificou que alguns deles ainda não haviam sido vinculados ao respectivo relatório fiscal, circunstância que poderia ensejar apontamentos pelo Tribunal de Contas por descumprimento das normas de transparência fiscal. Entre os demonstrativos pendentes de alocação, destacavam-se:

- I. Demonstrativo da inscrição em restos a pagar das despesas: liquidadas; empenhadas e não liquidadas, regularmente inscritas; empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa; não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.
- II. Demonstrativo relativo a restos a pagar, detalhando, por Poder e órgão sujeito aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.
- III. Demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

**À luz da Lei Complementar nº 101/2000, os demonstrativos descritos devem integrar, respectivamente:**

- A) I. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) II. Relatório de Gestão Fiscal (RGF) III. Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
- B) I. Relatório de Gestão Fiscal (RGF) II. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) III. Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
- C) I. Relatório de Gestão Fiscal (RGF) II. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) III. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).
- D) I. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) II. Relatório de Gestão Fiscal (RGF) III. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

### Questão 39

Júlia, Procuradora Jurídica do Município Delta, participou de reunião do Conselho Deliberativo do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), convocada para discutir a política anual de investimentos dos recursos previdenciários. Durante os debates, os conselheiros destacaram a necessidade de ampliar a rentabilidade da carteira, observadas as condições de mercado e os critérios de proteção e prudência financeira previstos na legislação. Ao longo da reunião, foram apresentadas diferentes alternativas de investimento; algumas voltadas ao fortalecimento da economia regional e outras destinadas à obtenção de maior retorno financeiro para o fundo previdenciário. Antes da deliberação final, os conselheiros solicitaram manifestação da Procuradora Jurídica acerca da compatibilidade jurídica das propostas com a Lei de Responsabilidade Fiscal. À luz das vedações estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000, analise as seguintes propostas de aplicação das disponibilidades de caixa do RPPS:

- I. Aquisição de títulos da dívida pública emitidos por estado ou município.
- II. Aquisição de ações e outros papéis emitidos por empresa controlada pelo Município Delta.
- III. Concessão de empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados do RPPS e ao Poder Público, inclusive às empresas por ele controladas.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



#### **Questão 40**

Helena, Procuradora Jurídica do Município Alfa, recebeu consulta formulada pelo Secretário Municipal de Fazenda acerca da legalidade de operação financeira em estudo pela Administração Pública municipal. A proposta analisada pelo Poder Executivo consiste na realização de cessão onerosa de direitos creditórios decorrentes de créditos tributários e não tributários já constituídos e reconhecidos pelos respectivos devedores, mediante autorização legislativa específica. Conforme a modelagem apresentada, o município pretende transferir a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o direito autônomo ao recebimento dos créditos cedidos, preservando-se a natureza originária do crédito, suas garantias e privilégios, bem como os critérios de atualização, os valores correspondentes ao principal, juros e multas, as condições de pagamento e os prazos originalmente estabelecidos. Na análise da operação, a Procuradoria Jurídica foi instada a se manifestar acerca dos efeitos orçamentários da cessão, especialmente quanto ao tratamento jurídico da receita decorrente da operação e às limitações impostas pela legislação financeira quanto à sua aplicação. Com base na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que a receita de capital decorrente da cessão onerosa de direitos creditórios deverá ser destinada, em pelo menos cinquenta por cento, a despesas associadas:

- A) Às áreas de saúde e educação e, quanto ao saldo remanescente, a despesas com investimentos.
- B) Ao regime de previdência social e, quanto ao saldo remanescente, a despesas com investimentos.
- C) Às áreas de saúde e educação e, quanto ao saldo remanescente, a despesas com inversões financeiras.
- D) Ao regime de previdência social e, quanto ao saldo remanescente, a despesas com inversões financeiras.

#### **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

#### **Questão 41**

Considere, hipoteticamente, que o Prefeito do município de Potirendaba envia à Câmara Municipal duas proposições legislativas distintas: um projeto de emenda à Lei Orgânica do Município (LOM), contendo pedido de tramitação em regime de urgência sob a justificativa de relevante interesse público, e um projeto de lei ordinária sobre matéria de sua iniciativa exclusiva. O projeto de lei ordinária é aprovado pelo Poder Legislativo com emendas. Ao receber o autógrafo de lei, o Prefeito considera as alterações decorrentes das emendas por considerá-las inconstitucionais; todavia, o Chefe do Executivo deixa transcorrer o prazo de quinze dias úteis sem formalizar ou comunicar o veto por escrito. Diante do cenário exposto e em conformidade com as normas do processo legislativo previstas na Lei Orgânica do Município de Potirendaba, assinale a afirmativa correta.

- A) O regime de urgência submete o projeto de emenda à Lei Orgânica ao prazo de deliberação de quarenta e cinco dias; e o silêncio do Prefeito no prazo legal caracteriza veto tácito por motivo de inconstitucionalidade.
- B) O prazo de urgência fica afastado para o projeto de emenda à Lei Orgânica; e o silêncio do Prefeito por quinze dias úteis configura a derrubada do projeto de lei ordinária em virtude de emenda parlamentar inválida.
- C) O prazo de quarenta e cinco dias para apreciação em regime de urgência vincula a Câmara em relação ao projeto de emenda à Lei Orgânica; e o silêncio do Prefeito por quinze dias úteis quanto ao projeto de lei ordinária gera a rejeição automática da proposta.
- D) O prazo de quarenta e cinco dias para a apreciação em regime de urgência é inaplicável ao projeto de emenda à Lei Orgânica; e o silêncio do Prefeito decorrido o prazo de quinze dias úteis importa em sanção, cumprindo ao Presidente da Câmara a sua promulgação no caso de omissão do Chefe do Executivo por dois dias úteis.

#### **Questão 42**

Considerando as situações hipotéticas descritas a seguir, de acordo com as regras de quórum e majorias fixadas expressamente na Lei Orgânica do Município de Potirendaba, assinale a alternativa que apresenta um procedimento juridicamente regular.

- A) O Tribunal de Contas do Estado emite parecer prévio rejeitando as contas anuais apresentadas pelo Prefeito Municipal. O parecer é submetido ao Plenário da Câmara Municipal que, em votação nominal, decide afastar a conclusão da Corte de Contas e aprovar a gestão financeira por meio do voto concordante de seis vereadores.
- B) Durante uma sessão ordinária, diante de fato com relevante motivação, um dos parlamentares propõe que os trabalhos passem a correr de forma sigilosa. A deliberação é colocada em votação imediata e obtém o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa, passando a sessão a ser secreta a partir daquele momento.
- C) Um projeto de lei ordinária que altera as regras de sinalização viária local é integralmente rejeitado pelo Plenário da Câmara Municipal. Na semana seguinte, ainda dentro da mesma sessão legislativa, um grupo composto por um terço dos membros do parlamento propõe um novo projeto versando sobre a mesma matéria, o qual é admitido para tramitação.
- D) A Mesa Diretora pauta para votação o projeto do novo Código de Posturas do Município. Na respectiva sessão de deliberação, verificando-se o comparecimento e a presença em plenário de sete vereadores, a proposta recebe quatro votos favoráveis e três contrários, sendo considerada validamente aprovada sob o fundamento de ter alcançado a maioria dos votos dos presentes.



### **Questão 43**

**No que concerne ao regime jurídico das finanças públicas e às diretrizes orçamentárias delineadas pela Lei Orgânica do Município (LOM) de Potirendaba, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Os recursos que ficarem sem despesas correspondentes em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual podem ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- II. Diante da rejeição do projeto de lei orçamentária pela Câmara Municipal, a legislação local determina que prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores, sem prejuízos das sanções cabíveis.
- III. Os créditos especiais e extraordinários geram a reabertura nos limites de seus saldos e a incorporação ao orçamento do exercício subsequente, inviabilizando a vigência vinculada ao exercício financeiro em que forem autorizados.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.

### **Questão 44**

**O art. 144 da Lei Orgânica do Município (LOM) de Potirendaba estabelece as vedações aplicáveis ao regime de finanças e orçamento local, com o escopo de assegurar a regularidade da gestão fiscal e a submissão do Poder Executivo ao controle legiferante. Com base nos preceitos normativos que regem as proibições e limites financeiros do município, assinale a afirmativa correta.**

- A) A instituição de fundos de qualquer natureza pelo Município demanda a existência de prévia autorização legislativa.
- B) A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa é autorizada para o financiamento de programas de habitação popular e de assistência social.
- C) A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais pode ser validada por decreto do Poder Executivo.
- D) O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual prescinde de autorização legislativa se houver superávit financeiro apurado no exercício anterior.

### **Questão 45**

**No que tange ao Estatuto dos Vereadores e aos procedimentos de perda, extinção ou cassação de mandatos eletivos no âmbito do Poder Legislativo local, analise as proposições a seguir e a relação de causalidade estabelecida entre elas, tendo por base as normas da Lei Orgânica do Município de Potirendaba.**

- I. “Caso um Vereador de Potirendaba deixe de comparecer, sem justificativa legal, à metade das sessões ordinárias da Câmara em uma sessão legislativa, a perda do seu mandato prescinde de deliberação e voto de dois terços dos membros da Casa.”

#### **PORQUE**

- II. “A Lei Orgânica estabelece que o absenteísmo parlamentar injustificado a um terço das sessões ordinárias enseja a declaração da perda do mandato por ato administrativo da própria Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação.”

**Assinale a alternativa correta.**

- A) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- B) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

### **Questão 46**

**O ato de provimento derivado caracterizado como a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando ocorre a invalidação de sua demissão por decisão administrativa ou judicial, operando-se o ressarcimento de todas as vantagens correlatas furadas pelo tempo de afastamento, denomina-se:**

- A) Reversão.
- B) Recondição.
- C) Readaptação.
- D) Reintegração.



### **Questão 47**

Odegarde, que ocupa o cargo de Procurador Jurídico do município de Potirendaba, é provocado a se manifestar acerca de um requerimento de revisão de processo administrativo disciplinar. O pedido foi formulado pelo irmão de um ex-servidor demitido que se encontra desaparecido. No requerimento, a família alega que a penalidade aplicada foi injusta e anexa documentos inéditos contendo fatos novos capazes de comprovar a total inocência do apenado. Considerando as regras que regem a revisão do processo estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Potirendaba, Odegarde deve orientar corretamente que:

- A) O ônus da prova pertence à municipalidade após a admissão do pedido; e a Comissão revisora dispõe do prazo de noventa dias para o encerramento total de seus trabalhos.
- B) A mera alegação de injustiça da sanção corporativa motivo idôneo e suficiente para instaurar o procedimento; e o desaparecimento do ex-servidor impede que membros da família apresentem o requerimento.
- C) A petição inicial prescinde de requerimento de data para a produção de novas provas; e a autoridade competente dispõe de um prazo de trinta dias para proferir a decisão final após o recebimento dos autos relatados.
- D) O procedimento revisional corre em apenso aos autos originários, fixando-se o prazo de sessenta dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão; e a procedência do pedido acarreta a invalidação da penalidade, restando vedado o agravamento da sanção.

### **Questão 48**

No que concerne às regras jurídicas e ao rito procedimental estabelecidos para a Sindicância e o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e, ainda, com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Potirendaba, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) O prazo para a conclusão do procedimento de sindicância é de sessenta dias, contados da data de publicação do ato regulamentar, sendo vedada qualquer hipótese de prorrogação de seus trabalhos.
- ( ) Na fase de inquérito do processo disciplinar, ocorrendo a situação de haver dois ou mais servidores indiciados, o prazo para a apresentação de defesa escrita será comum e de vinte dias.
- ( ) O julgamento do processo disciplinar proferido fora do prazo regulamentar acarreta a nulidade total do procedimento e a consequente extinção da punibilidade do servidor indiciado.

**A sequência está correta em**

- A) V, F, V.
- B) V, V, F.
- C) F, V, F.
- D) F, F, V.

### **Questão 49**

O regime disciplinar aplicável aos servidores públicos estabiliza as balanças de poder entre a prerrogativa sancionatória da Administração e as garantias funcionais dos agentes. Nesse contexto, no que concerne às disposições da Lei Complementar nº 2/2007 do Município de Potirendaba, analise as afirmativas a seguir.

- I. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- II. O prazo de prescrição da ação disciplinar relativo à aplicação da penalidade de suspensão é de dois anos, contando-se o termo inicial a partir da data em que o fato se tornou conhecido.
- III. A penalidade de suspensão é aplicável em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação de proibições que não tipifiquem infração sujeita à demissão, podendo o seu prazo regulamentar atingir o limite de cento e vinte dias.
- IV. O prazo prescricional aplicável à ação disciplinar para a imposição da penalidade de advertência é de trinta dias, contados do exato momento da ocorrência do fato infracional.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.



**Questão 50**

Lionel, Procurador Jurídico do município de Potirendaba, foi consultado pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura a respeito da situação funcional de um servidor recém-empossado que se encontra no curso de seu estágio probatório. O órgão administrativo indaga sobre a viabilidade jurídica de realizar a cessão temporária desse servidor para prestar serviços em outra entidade pública e, cumulativamente, questiona quais seriam os efeitos jurídicos sobre o andamento do estágio probatório caso venha a fruir de licenças previstas no estatuto. Considerando as regras específicas e as atualizações normativas aplicáveis ao estágio probatório no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Potirendaba, Lionel deve orientar corretamente que:

- A) O servidor em estágio probatório está impedido de ser cedido para outro órgão ou entidade; e o usufruto de licença legal gera o cômputo contínuo e regular do lapso temporal do estágio probatório.
- B) A legislação municipal obsta a cessão do funcionário que se encontre no triênio inicial de exercício; e dita que a concessão de licenças acarreta a prorrogação automática do estágio probatório por período idêntico ao dobro do tempo de afastamento.
- C) A movimentação do servidor por meio de cessão para outra entidade pública é autorizada pela ordem estatutária local; e o período de afastamento decorrente de licença gera a anulação definitiva de todas as avaliações de desempenho anteriores.
- D) A cessão do servidor em estágio probatório para outro órgão ou entidade é juridicamente permitida, mesmo por curto período de tempo; e que o estágio probatório ficará suspenso durante as licenças regulamentares aplicáveis ao servidor, sendo retomado a partir do término do impedimento.

**ATENÇÃO**



**NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.**  
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



## PROVA DISCURSIVA

### ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de uma Peça Prático-Profissional Privativa de Advogado (Parecer Jurídico), que será avaliada em trinta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva deverá: a) ter extensão mínima de sessenta linhas e máxima de cento e vinte linhas; e b) atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Peça Processual/Parecer Jurídico em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

| CRITÉRIOS                                                                                                                                                                                                                                                                         | PONTUAÇÃO        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| <b>(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS</b>                                                                                                                                                                                                                                              | <b>25 pontos</b> |
| ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO                                                                                                                                                                                                                                   |                  |
| Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.                                                                                  |                  |
| <b>(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS</b>                                                                                                                                                                                                                                              | <b>5 pontos</b>  |
| Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:                                                                                                                                                                                                                     |                  |
| 1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação. |                  |
| <b>OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:</b>                                                                                                                                                                                                                              |                  |
| 1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,2 ponto, até o limite de 9 pontos.                                                                                                                                                      |                  |
| 2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.                                                                                                                                                                                            |                  |

**A Comissão do Concurso Público para Professores da Secretaria Municipal de Educação de Vale Verde encaminhou consulta à Procuradoria-Geral do Município acerca de pedido formulado por uma das candidatas, nos seguintes termos:**

Ofício nº 118/2026 – CC/SME

Vale Verde, 15 de outubro de 2026.

Ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Município

Assunto: Consulta sobre situação de candidata aprovada em Concurso Público – Edital nº 01/2024 – Processo Administrativo nº 4.532/2026

Senhor Procurador-Geral,

Encaminho a Vossa Excelência o presente processo administrativo, instruído com os documentos pertinentes, para manifestação jurídica acerca dos pontos adiante especificados, relativos ao Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024, destinado ao provimento de 15 (quinze) cargos efetivos de Professor de Educação Básica (PEB) do quadro da Secretaria Municipal de Educação, além de cadastro de reserva.

#### I – DOS FATOS

1. O resultado final do certame foi homologado em 15/07/2024, com prazo de validade de 2 (dois) anos, encerrando-se, portanto, em 15/07/2026, sem que tenha havido prorrogação.
2. Ainda em setembro de 2024, logo após a homologação, a Secretaria Municipal de Fazenda apresentou relatório técnico circunstanciado, apontando que a despesa total com pessoal do Poder Executivo municipal havia superado o limite prudencial de 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo estabelecido no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos termos do art. 22, parágrafo único, do mesmo diploma.



**Concurso Público**  
**Prefeitura Municipal de Potirendaba/SP**

3. Com base nesse relatório, foi editada e publicada, em outubro de 2024 – logo após o certame e, portanto, dentro do respectivo prazo de validade –, a Lei Municipal nº 2.145/2024, que extinguiu 2 (dois) cargos efetivos de Professor da Educação Básica (PEB) do quadro da Secretaria, correspondentes exatamente às duas últimas vagas do quantitativo previsto no edital (14ª e 15ª posições), com motivação expressa fundada na necessidade de ajuste fiscal decorrente da superação do limite prudencial de gastos com pessoal.

4. Em novembro de 2024, o candidato Pedro Henrique Alves, então classificado em posição inferior ao número de vagas, impetrou mandado de segurança individual questionando a legalidade da questão nº 14 da prova de Didática, sob alegação de versar sobre conteúdo estranho ao programa do edital. A ordem foi concedida, com trânsito em julgado em março de 2025, determinando a atribuição do ponto da referida questão exclusivamente ao impetrante, que passou a figurar na 12ª posição da lista de classificação.

5. Entre novembro de 2024 e dezembro de 2025, foram nomeados e empossados, sucessivamente, os candidatos classificados do 1º ao 13º lugar, esgotando-se, com isso, a totalidade das vagas remanescentes após a extinção promovida pela Lei Municipal nº 2.145/2024.

6. Em razão da necessidade de substituição de docentes efetivos durante o respectivo período de férias regulamentares, a Secretaria firmou, ao longo do período de janeiro de 2025 a junho de 2026, 3 (três) contratos temporários de excepcional interesse público, com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal e na Lei Municipal de Contratações Temporárias nº 1.870/2015, todos com vigência determinada e estritamente vinculada à duração de cada período de férias coberto.

7. Em 16/07/2026 – um dia após o encerramento do prazo de validade do certame –, a candidata Joana Ribeiro, classificada na 14ª posição do certame, protocolou requerimento administrativo perante a Comissão do Concurso, pleiteando sua nomeação imediata, com base nos seguintes fundamentos.

- a) aprovação dentro do número de vagas originalmente previsto no edital.
- b) preterição, em razão da contratação precária de professores temporários para substituição durante o período de férias, enquanto sua nomeação não se efetivava.
- c) atribuição do ponto da questão nº 14, com fundamento no item 9.3 do edital, segundo o qual questões porventura anuladas terão seus pontos atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem assinalado ou não a alternativa correta; requerendo, assim, a extensão a seu favor dos efeitos da decisão judicial obtida por Pedro Henrique Alves nessa questão, o que a reclassificaria para a 11ª posição.

À consideração superior.

[Presidente da Comissão do Concurso Público]

**Na qualidade de Procurador do Município designado para atuar no presente processo administrativo, elabore parecer jurídico respondendo, de forma fundamentada e integrada, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, a todos os pedidos formulados por Joana Ribeiro. Em seu parecer, analise, separadamente: a) a validade da extinção de cargos por lei sob a ótica da LRF e da jurisprudência do STF; b) a caracterização de preterição em razão de contratação temporária para substituição de férias; e c) os limites subjetivos da coisa julgada decorrente de mandado de segurança individual.**

**Observações adicionais:**

1. Ao elaborar o parecer, inclua cabeçalho com seus elementos identificadores essenciais (Órgão, número do parecer, consulente e assunto);
2. Dispense ementa e relatório;
3. Não insira fatos novos;
4. Inclua tópico final com as conclusões do parecer;
5. Não inclua elementos de identificação pessoal; e
6. Não será exigida a citação literal do número do dispositivo legal ou do precedente jurisprudencial (número do processo, artigo, tema ou informativo), bastando demonstrar, com clareza, o conhecimento do conteúdo da norma ou do entendimento jurisprudencial aplicável ao caso.



**PROVA DISCURSIVA**

|    |  |
|----|--|
| 01 |  |
| 02 |  |
| 03 |  |
| 04 |  |
| 05 |  |
| 06 |  |
| 07 |  |
| 08 |  |
| 09 |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |



**Concurso Público**  
**Prefeitura Municipal de Potirendaba/SP**

|    |  |
|----|--|
| 31 |  |
| 32 |  |
| 33 |  |
| 34 |  |
| 35 |  |
| 36 |  |
| 37 |  |
| 38 |  |
| 39 |  |
| 40 |  |
| 41 |  |
| 42 |  |
| 43 |  |
| 44 |  |
| 45 |  |
| 46 |  |
| 47 |  |
| 48 |  |
| 49 |  |
| 50 |  |
| 51 |  |
| 52 |  |
| 53 |  |
| 54 |  |
| 55 |  |
| 56 |  |
| 57 |  |
| 58 |  |
| 59 |  |
| 60 |  |



**Concurso Público**  
**Prefeitura Municipal de Potirendaba/SP**

|    |  |
|----|--|
| 61 |  |
| 62 |  |
| 63 |  |
| 64 |  |
| 65 |  |
| 66 |  |
| 67 |  |
| 68 |  |
| 69 |  |
| 70 |  |
| 71 |  |
| 72 |  |
| 73 |  |
| 74 |  |
| 75 |  |
| 76 |  |
| 77 |  |
| 78 |  |
| 79 |  |
| 80 |  |
| 81 |  |
| 82 |  |
| 83 |  |
| 84 |  |
| 85 |  |
| 86 |  |
| 87 |  |
| 88 |  |
| 89 |  |
| 90 |  |



**Concurso Público**  
**Prefeitura Municipal de Potirendaba/SP**

|     |  |
|-----|--|
| 91  |  |
| 92  |  |
| 93  |  |
| 94  |  |
| 95  |  |
| 96  |  |
| 97  |  |
| 98  |  |
| 99  |  |
| 100 |  |
| 101 |  |
| 102 |  |
| 103 |  |
| 104 |  |
| 105 |  |
| 106 |  |
| 107 |  |
| 108 |  |
| 109 |  |
| 110 |  |
| 111 |  |
| 112 |  |
| 113 |  |
| 114 |  |
| 115 |  |
| 116 |  |
| 117 |  |
| 118 |  |
| 119 |  |
| 120 |  |



